

de acesso geral para provimento de um lugar de técnico de informática, grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, constante da Portaria n.º 440/94, de 30 de Junho, nas áreas de infra-estruturas tecnológicas e engenharia de *software*.

1 — Validade do concurso — O concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 97/2001, de 26 de Março, e o Código do Procedimento Administrativo.

3 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa.

4 — Método de selecção — prova de conhecimentos, de acordo com o programa das provas de conhecimentos constantes do despacho conjunto n.º 722/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 2003, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Os critérios de apreciação e ponderação das provas de conhecimentos, da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, nos termos legais.

5 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Secretaria-Geral, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua de O Século, 51, 3.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação: nome, estado civil, residência, código postal e telefone;
- Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, sem arredondamento, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso e, obrigatoriamente, a obtida no último ano;
- Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- Declaração do serviço para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/98, de 9 de Fevereiro;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

7 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Paula de Jesus Mira Rebola Vieira, coordenadora técnica da área de informática.

1.º Vogal efectivo — Licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos.

2.º Vogal efectivo — Licenciada Paula Cristina Teixeira Gonçalves, directora de serviços de Administração.

1.º Vogal suplente — Licenciada Maria Manuela Ferreira de Oliveira, chefe de divisão do Planeamento e Gestão.

2.º Vogal suplente — Licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira, chefe de divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação.

A presidente do júri será substituída, nas suas ausências e impedimentos, pela 1.ª vogal efectiva.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

22 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 17 124/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Julho de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria Eugénia de Almeida Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-CCRLVT — nomeada, ao abrigo do n.º 2 do artigo 29.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de assessor principal, da carreira técnica superior do mesmo quadro, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2004.

6 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho n.º 17 125/2005 (2.ª série). — Atendendo a que se verifica na presente data a vacatura do lugar de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Informação, do quadro dos Serviços Centrais, desta Direcção-Geral e porque estão reunidos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, designadamente ser funcionário, licenciado e ter mais de seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, detém manifesta experiência e conhecimentos adequados para o exercício do mesmo, o que também é evidenciado pela nota curricular anexa, e porque manifesta também disponibilidade para tal, nomeio, nos termos do disposto nos artigos 20.º, 21.º, n.ºs 3 e 5, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, o engenheiro civil assessor principal Sérgio Reis Neves, do mesmo quadro, para o cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), acima referido, com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente ano.

12 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Vasco Martins Costa*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Identificação:

Nome Sérgio Reis Neves;
Data de nascimento — 17 de Novembro de 1952;
Naturalidade — Bruxelas, Bélgica;
Lugar do quadro — engenheiro civil assessor principal do quadro dos Serviços Centrais da DGEMN.

2 — Habilitações académicas:

Bacharelato pelo curso de Construção Civil e Minas do ex-Instituto Industrial de Lisboa, concluído em 1974 com a classificação final de 15,2 valores;

Licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Estruturas, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, concluída em 1981 com média final de 14 valores.

3 — Habilitações profissionais:

Cursos de informática: Linguagem BASIC, 1982; DBASE IV, 1991; NOVELL Netware, 1992; programação em Visual Basic, 1998; Microsoft Project 2000, 2003;

Formação em planeamento orçamental: O Euro e a Administração Pública, INA, 1998; O Novo Quadro Comunitário para o Período de 2000-2006, 2000; módulos: Planeamento, Preparação e Execução de Obra, e Controlo de Custos em Obra, do Seminário Ciclo de Gestão das Obras, 2004;

Seminário de Alta Direcção do INA — Instituto Nacional de Administração, Abril 2005.

4 — Experiência profissional:

Cargos:

Ingresso na função pública, como técnico da Delegação dos Edifícios de Segurança e das Alfândegas/Comissão das Construções Prisionais, em 1974;

Técnico da DGEMN no Gabinete de Planeamento, 1980-1982, e na Divisão de Projectos da Direcção Regional de Edifícios de Lisboa, 1983-1986;

Técnico da Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos/Direcção-Geral dos Recursos Naturais, 1987-1989;

Requisitado, como técnico, pela Assembleia da República, Direcção Geral dos Serviços Parlamentares, entre 1988-1989;

Técnico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), 1989-1999;

Chefe da Divisão de Gestão e Conservação, SGMJ, 1991-1995;

Monitor de módulo sobre gestão e manutenção das instalações e equipamentos dos Tribunais no curso de formação de secretários judiciais em 1990-1991, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e no 4.º curso para acesso à categoria de secretário judicial ou técnico, em 1994;

Director dos Serviços Económicos, do Trabalho e da Formação Profissional da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, 1995-1997;

Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo da DGEMN, desde 1999;

Outras funções:

Nomeado representante suplente da DGEMN na CIFE Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas do IMOPPI, por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas de 6 de Julho de 2004.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação

Despacho n.º 17 126/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de Novembro, e sob proposta do conselho directivo do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, I. P. (IAPMEI), designo como representante do sector público para o cargo de vogal do conselho de administração do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC), para o triénio 2005-2007, a engenheira Maria Rita Silva Gomes Barbosa Varandas, directora da Unidade de Estratégia e Planeamento e Controlo Estratégico do IAPMEI.

19 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Despacho n.º 17 127/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de Novembro, e sob proposta do director-geral da Empresa, designo como membro da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro a engenheira Maria da Graça Matias Herdade, chefe de divisão das Indústrias Têxteis, Vestuário e Calçado da Direcção-Geral da Empresa.

19 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, *António José de Castro Guerra*.

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 17 128/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delego na secretária-geral do Ministério da Economia e da Inovação, licenciada Paula

de Campos Alves, com faculdade de subdelegar, a competência para a prática dos seguintes actos de gestão orçamental relativos ao orçamento do meu Gabinete:

- 1) Autorizar as alterações orçamentais constantes do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;
- 2) Assinar os pedidos de libertação de créditos e respectivos pedidos de autorização de pagamentos, a enviar mensalmente à respectiva delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- 3) Autorizar a antecipação de duodécimos, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados desde 14 de Março de 2005.

19 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1330/2005. — Para os devidos efeitos e por ter saído com inexactidão se rectifica o aviso n.º 6484/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 6 de Julho de 2005, a p. 9823.

Assim, onde se lê:

«Vogais efectivos:

- 1.º Engenheiro Pedro Manuel Pedroso Caetano, técnico especialista principal.
- 2.º Engenheiro Isolino Galante Correia, técnico profissional especialista principal.
- António Pedro Gouveia Sousa, técnico profissional de 1.ª classe.»

deve ler-se:

«Vogais efectivos:

- 1.º Engenheiro Pedro Manuel Pedroso Caetano, técnico especialista principal.
- 2.º Engenheiro Isolino Galante Correia, técnico especialista.»

8 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Instituto do Consumidor, I. P.

Despacho (extracto) n.º 17 129/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Julho de 2005:

Maria Adelaide da Encarnação Vieira Nogueira, Elvira de Jesus Silva Cerqueira Guerra e Fátima de Jesus Rosado Rebola, assistentes administrativas principais do quadro de pessoal do Instituto do Consumidor, I. P. — nomeados definitivamente, após aprovação em concurso, na categoria de assistentes administrativos especialistas, da carreira de assistentes administrativos de dotação global, do quadro de pessoal do mesmo Instituto, ficando posicionadas no escalão 4, índice 316 e escalão 1, índice 269, respectivamente, considerando-se exoneradas do anterior lugar a partir da data da aceitação do lugar na nova categoria. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Eduarda Maria Marques*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Rectificação n.º 1331/2005. — Tendo o despacho n.º 15 767/2005, de 20 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 20 de Julho de 2005, saído com uma incorrecção, procede-se à sua rectificação. Assim, no 2.º parágrafo, onde se lê «ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º» deve ler-se «ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º».

21 de Julho de 2005. — O Chefe do Gabinete, *Rui Ribeiro do Rosário*.